



**PARECER JURÍDICO Nº 2025/01.10.0002-FUNPREV/AJUR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62025003-C**

**INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÃO E CONSULTORIA NA ÁREA PÚBLICA, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ.**

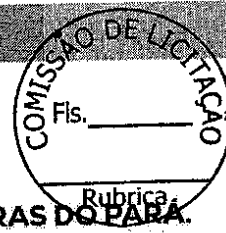
**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÃO E CONSULTORIA NA ÁREA PÚBLICA, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM BASE NO INCISO III, ALÍNEA C, DO ART. 74 DA LEI Nº 14.133, DE 2021. PELA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO DESTINADO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

## **1. RELATÓRIO**

Tratam-se os autos do Processo Licitatório na modalidade Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÃO E CONSULTORIA NA ÁREA PÚBLICA, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- b) Solicitação de levantamento preliminar de preços;
- c) Resposta do levantamento preliminar de preço;
- d) Proposta financeira;
- e) Estudo Técnico Preliminar - ETP;
- f) Análise de Riscos;
- g) Declaração de Adequação Orçamentária;
- h) Termo de Referência;
- i) Convocação;
- j) Juntada de Proposta e documentos de habilitação;
- k) Autorização de contratação;
- l) Portaria de Agente de Contratação e membros da Comissão de Contratação e equipe de apoio;
- m) Autuação;
- n) Razão da escolha do prestador de serviço;
- o) Justificativa do preço;



- p) Despacho de encaminhamento a prefeita;
- q) Devolução a Comissão de Contratação para Parecer Jurídico e Controle Interno;
- r) Minuta do Contrato.

É, em síntese, o breve relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei nº 14.133 (Nova Lei de Licitações).

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

A norma esculpida no art. 74, III da Lei nº 14.133 de 2021, a qual entende ser inaplicável a regra referente à licitação quando não for viável a competição em casos em que a Administração pretende realizar a contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual. Assim, no caso em comento, a contratação é baseada no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para fins de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;



§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso, a empresa proposta possui a notória especialização necessária para o cumprimento do objeto, singular, com ampla experiência e expertise comprovadas, através de diversos atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público. Cumpre ressaltar que na medida em que além de se tratar de serviço prestado por empresa cujos profissionais possuem notória especialização, existe uma peculiaridade, afeta à própria profissão, capaz de afastar todo e qualquer critério objetivo de julgamento, para entrar na seara da subjetividade do administrador, determinando assim, a singularidade do mesmo, qual seja: o alto grau de confiança e cumplicidade esbanjado nos profissionais que integram a empresa selecionada perante a administração, requisito este indispensável e indissociável à execução precisa da prestação dos serviços.

Portanto, a Empresa pretendida por esta administração preenche os requisitos legais para executar a contento os serviços ora indispensáveis, visto ser comprovado através de extenso acervo apresentado que detém experiência e notória especialização, além do fator confiança, que são também requisitos essenciais e preponderantes para possibilidade de contratação direta deste escritório de contabilidade pública, por inexigibilidade de licitação.

Analisada a questão referente ao enquadramento da contratação direta, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos. Nesse particular, observa-se que o artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021 assim dispõe:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



- V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
  - VI - razão da escolha do contratado;
  - VII - justificativa de preço;
  - VIII - autorização da autoridade competente.
- Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Em análise ao procedimento percebe-se claramente que foram cumpridos os requisitos mínimos acima mencionados, dando clareza quanto ao preço estimado e vantajosidade da proposta.

Além disso, a disponibilidade orçamentária é comprovada mediante juntada de declaração orçamentária. Nos termos do artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá manter durante a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas na licitação, ou nos atos preparatórios que antecederam a contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade.

Alerta-se também para a necessidade de cumprimento, no momento oportuno, da exigência inserta no parágrafo único do art. 72 da Nova Lei de Licitações, o qual determina que "o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

Recomenda-se, portanto, em atenção aos dispositivos em destaque, que o ato que autoriza a contratação direta seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão, bem como ocorra divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para a eficácia do contrato (artigos 72, § único e 94 da Lei nº 14.133/2021).

Por fim, quanto a minuta do contrato, esta encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

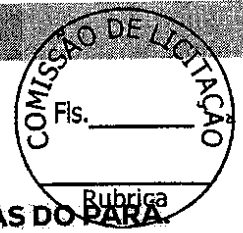
### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, quanto aos aspectos jurídico-formais, não há óbice legal quanto ao prosseguimento do procedimento de inexigibilidade para a pretendida, com fundamento no inciso V, do artigo 74, III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, nos demais dispositivos atinentes a matéria, bem como, aprovo a minuta do contrato.



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ  
Poder Legislativo a Serviço do Povo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA DOS VEREADORES DE OEIRAS DO PARÁ



Cumpre salientar que a referida análise se limita aos aspectos jurídicos, abstendo-se aos demais aspectos que extrapolem a alçada deste órgão consultivo e, aqueles que exijam o exercício da competência e discricionariedade administrativa a cargo dos setores responsáveis por emitir suas considerações acerca dos assuntos objeto de averiguação.

É o parecer. À apreciação superior.

Oeiras do Pará/PA, 10 de janeiro de 2025.

**ROGÉLIO RELVAS D'OLIVEIRA**  
Advogado - OAB/PA 19.225